

**Palavras de agradecimento do Exmo. Sr. Desembargador Athos  
Gusmão Carneiro.**

Exmo. Sr. Desembargador Athos Gusmão Carneiro: "Rogo, aos meus amigos, permissão para agradecer em palavras singelas.

Em longa vivência como magistrado, iniciada em 1952 na então longínqua e isolada Comarca de São Francisco de Assis, sempre a minha perspectiva esteve voltada para o integral desempenho da carreira dentro da magistratura gaúcha; e dos percalços da vida e das angústias inerentes à missão de julgador considere-me de todo compensado com o acesso, em 1977, a este egrégio Tribunal de Justiça. Mas como o homem põe, e Deus dispõe, sou agora convocado ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, e devo afastar-me de minha terra natal, e do convívio de meus pares.

Recebo, neste momento, sob emoção que as palavras dificilmente revelam, a homenagem tão significativa que este Pretório houve por bem prestar-me, com a confortadora adesão da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público.

Ponderada a experiência de mais de sete lustros de trabalho forense, na Presidência do Júri, no contato com as mais diversas causas nas áreas cível, criminal e de menores, na direção de vara fazendária e no exercício da judicatura de segunda instância, posso testemunhar do empenho dos integrantes do Ministério Público do Rio Grande do Sul, na defesa da sociedade e dos interesses indisponíveis. Em todos os degraus da carreira, juizes e promotores trabalham lado a lado, irmanam-se em preocupações semelhantes, debruçam-se sobre os mesmos processos, e quando divergem as mais das vezes o fazem fraternalmente. No elogio do Ministério Público, que realiza, na visão de Calamandrei, o milagre psicológico de ser o advogado sem paixão e o Juiz sem imparcialidade, advogado como sustentáculo da acusação, Juiz como guarda inflexível da lei, permitam-me que cite o nome de um amigo, que após brilhantíssima permanência em sua instituição de origem, teve assento até poucos dias atrás nesta Corte, onde pode realizar a magia de conjugar o entusiasmo vibrátil de um jovem promotor com a serenidade do magistrado experiente e a precisão doutrinária do professor. Refiro-me ao hoje advogado Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira, quem, entre tantos, tão bem simbolizou o parquet gaúcho, em sua independência, altanaria e espírito cívico.

Os meus agradecimentos ao eminente Procurador-Geral de Justiça, rogando transmití-los aos seus ilustres pares.

Minha cara Presidenta, Dra. Cléa Anna Carpi da Rocha. Ao ouvi-la vezes tantas em tribunas diversas, representando a Ordem dos Advogados do Brasil deste Estado, com eloquência, com brilho, com erudição, vejo-a inclusive como um símbolo da posição que a mulher alcançou no mundo

jurídico. Em 1975, quando comemorado o Ano Internacional da Mulher, a revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (v.5) publicou a documentação e pareceres alusivos ao pedido feito por uma moça que havia, coisa absolutamente excepcional para o ano de 1899, obtido o título de bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e, munida do diploma, requerera sua admissão como membro estagiária do então Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. A Comissão de Justiça do Instituto, após muitas considerações, emitiu parecer favorável à pretensão; mas, submetido a votos, e ante férrea oposição do Dr. Carvalho Mourão, foi o parecer rejeitado por 16 votos contra 11, negada assim à novel bacharela a possibilidade de exercer a advocacia, inclusive com o argumento, então ad terrorem, de que solução diversa poderia conduzir as mulheres também aos caminhos para a diplomacia e a judicatura. Foi apenas na década dos 50, refletindo os novos valores da vida social, que se tornou significativo o número de mulheres nas Faculdades de Direito, e ainda mais recentemente se lhes abriram as portas para o ingresso na magistratura, no Ministério Público, no magistério jurídico. Hoje mulheres dignificam a Presidência de Tribunais de Justiça e de Tribunais do Trabalho, enaltecem as letras e a docência do Direito, e chefiam a Ordem dos Advogados, distinguindo-se homens e mulheres, no exercício de tais misteres, apenas pelos atributos individuais. Vossa Excelência, cara amiga Dra. Cléa Anna Carpi da Rocha, pelo voto de seus pares, assumiu suas atuais funções levada pelo valor pessoal, pelo prestígio derivado de sua competência profissional e poder tribunicio de convicção. Mas hoje, nessa tribuna, a voz eloqüente da estimada Presidenta da Ordem dos Advogados foi acima de tudo a palavra de pessoa amiga, repassada de incomum generosidade para comigo, traduzindo inclusive o relacionamento, em cordialidade e mútuo respeito, mantido entre advogados e Juizes em nosso Estado. Nunca olvidar que advogados e Juizes desempenham, no mecanismo da Justiça, papéis indissolúvelmente entrelaçados e complementares: no dizer de Rui, com o advogado, a Justiça militante; Justiça imperante, no magistrado. E se falamos de advogados, e de suas tábuas de salvação, a legalidade e a liberdade, permitam-me que nesta data, em que memórias da mocidade distante se mesclam às emoções do presente, lembre o nome de um conspícuo advogado de nossos tempos de estudante de direito, progenitor de juristas que hoje ilustram os pretórios é a cátedra universitária, e o faça memorando o nome ilustre do Dr. Waldemar do Couto e Silva, um dos melhores e mais atuantes advogados daquela época, de quem muitíssimas vezes recebi estímulo e lições de Direito e de vida. Nesta evocação, que se contenha nossa homenagem aos advogados do Rio Grande do Sul.

Prezados colegas de magistratura. Quase todos os integrantes desta Corte, temos sido Juizes a maior parte de nossas vidas, e com justificada perseverança buscamos manter, relevadas as falhas da condição humana, fidelidade à nossa vocação e aos compromissos assumidos para com os jurisdicionados. Relevem-se que aqui reproduza afirmações expendidas no discurso lido na abertura do Ano Judiciário, em fevereiro transacto, quando



asseverei que se alguém lançar ao antigo Juiz a clássica pergunta, "se valeu a pena", dele deverá ouvir sem hesitação a resposta afirmativa. Valem a pena os dramas de consciência, as angústias, os labores, valeram os desalentos, os erros e os acertos, as sentenças que sabia justas e as proferidas sob o temor de se estar equivocando. Nosso magistério, que Rui Barbosa proclamou como "a mais eminente das profissões a que um homem se pode entregar neste mundo", é por isso mesmo um exigente ministério, com a responsabilidade de conduzir os dramas e os conflitos humanos, com retidão e imparcialidade, a soluções que satisfaçam os ditames da lei e, mais ainda, os anseios de justiça. Se o juiz não tem cuidado, a voz do Direito será "evanescente e longínqua como a voz inatingível do sonho". Por tudo, vale a pena ser magistrado, quando se o é por vero chamamento vocacional, pois na judicatura logramos encontrar, os juizes, no plano temporal, um sentido para a vida e a possibilidade de plena e fecunda realização pessoal. Como certa feita referiu o saudoso Desembargador Balthazar Barbosa, em oração proferida neste mesmo recinto, somos os magistrados "enamorados da serena beleza da Justiça", e a ela consagramos nossa capacidade, o tema e a vida.

Como já afirmei, não mantinha expectativa nem aspiração outra do que encerrar minha carreira neste Tribunal, modelar no espírito de fraternidade e de solidariedade entre seus integrantes. A escolha realizada pelo antigo Tribunal Federal de Recursos, e a subsequente nomeação para o novo Superior Tribunal de Justiça, se de um lado lança a novos horizontes a missão do julgador, de outra parte nos obriga a pesorosamente deixar o serviço ativo na magistratura gaúcha e afastar-me, com minha esposa, de nossos entes queridos, das amizades de longos anos, do convívio com os colegas de ambas as instâncias, da diuturna atividade neste Pretório. E lembro, então, com reverência e saudade, dos muitos fraternais amigos falecidos. Difícil nominá-los: já são tantos, e a partida de cada um deles vincou nossa alma de tristeza e sublinhou a sensação da pequenez humana ante o mistério da morte, que somente os que têm Fé logram superar. Mas de minha 1ª Câmara Cível - perdoem-me o possessivo, pois a presidi longos anos - guardo a lembrança vivida da inteligência fecunda de Pio Fiori de Azevedo, e do amigo tão estimado Tulio Medina Martins, austero, impecável e trabalhador, uma inexcedível vocação de magistrado. De meus colegas do concurso de ingresso na magistratura, tenho em relicário a memória de Rubens Rebello Magalhães; de Humberto Prates Piccolli; de Paulo Boeckel Velloso, um dos maiores Presidentes desta Corte, magistrado diligentíssimo e exemplar, sereno na vida e estóico no sofrimento. E ainda agora lamentamos todos o decesso de Antônio V. Amaral Braga, quando exercia a chefia do Poder Judiciário cercado de geral estima e consideração.

Eminentes Colegas e amigos. Recebemos, eu e Glória, de alma aberta, as palavras de despedida dos integrantes desta Corte, na voz sempre emotiva, de singular expressividade, do caríssimo colega Alaor Terra, de quem todos proclamamos a grandeza de espírito, o senso acurado de justiça, a

serenidade na Fé e a sinceridade nos sentimentos proclamados. As palavras do eminente Colega, de generosidade extrema, ficarão conosco.

Agradecemos sobremaneira as atenções recebidas do eminente Presidente e fraterno amigo Oscar Gomes Nunes, e o comparecimento das excelentíssimas autoridades, dos integrantes da magistratura de ambas as instâncias, dos senhores advogados e membros do Ministério Público, dos serventuários e dos amigos presentes.

De todos nos despedimos, levando para a Capital Federal, e para o Tribunal onde irei servir, o imenso orgulho em haver pertencido à magistratura do Rio Grande do Sul e integrado este colendo Tribunal de Justiça.

Disse."